

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO
DE Nº. 11/2021

"Dispõe sobre a proibição de nomeação/designação de pessoas condenadas por 'Violência Doméstica' em cargos comissionados/designados da Administração Pública Municipal direta e indireta, e dá outras providências"

A Vereadora do Município de Irauçuba/Ceará, **TÂNIA MARIA FONTENELE ALVES**, no uso de suas atribuições legais e devidamente amparada pelo que lhe assegura o art. 112, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Irauçuba, **DECRETA**:

Art. 1º. - Fica proibida a nomeação em cargos comissionados e designados na Administração Pública Municipal Direta e Indireta, de cidadãos que cometeram crimes de 'violência contra a mulher', devendo ser demitido se, no período de exercício do cargo, cometer tal crime.

Art. 2º. - Será considerado, para efeito de impedimento de nomeação do agressor, o acórdão condenatório transitado em julgado, por crime de violência contra a mulher, desde a condenação, até o cumprimento integral da pena.

I - Para fins de nomeação de cargos comissionados e/ou designados, deverá o cidadão apresentar certidão negativa de distribuições criminais, em sendo positivas, certidão de objeto e pé do processo criminal apontado.

II - A supra citada certidão deverá ser apresentada ao órgão aonde o cidadão é vinculado, todos os anos enquanto perdurar sua nomeação/designação até todo dia 15 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único: Esta Lei será válida somente para os cidadãos condenados a penas superiores a 6 (seis) meses, em regime aberto, semi aberto ou fechado.

Art. 3º. - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Irauçuba, 19 de agosto de 2021.



TÂNIA MARIA FONTENELE ALVES
Vereadora de Irauçuba

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores:

Este projeto visa adotar medidas para desestimular potenciais agressores e impedir o acesso à prestação de serviços públicos, no âmbito do Poder Executivo municipal, sendo uma resposta à sociedade.

Trata-se de uma proposição cujo objetivo é excluir agressores em cumprimento de pena do serviço público atendendo, ao princípio da moralidade, considerando que a prática de violência contra a mulher, doméstica e familiar, pode ser considerada uma mácula que compromete a integridade ética, tornando a pessoa incompatível com a idoneidade moral e a reputação ilibada que se esperam de servidor.

A Lei Maria da Penha não se limita à violência praticada por maridos contra cônjuges. Decisões já admitiram, por exemplo, a incidência da lei em casos de agressão de mãe contra filha, padrasto contra enteada, neto contra avó, neto da patroa contra a empregada, entre outros. As partes não precisam dividir o teto e o agressor não deve necessariamente ser homem. A vítima, contudo, precisa ser mulher, cisgênero ou transsexual.

Tais previsões constam no artigo 5º. da referida Lei, que conceitua como violência doméstica e familiar qualquer ação ou omissão baseada em gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral ou patrimonial. A aplicação se dá independentemente de qual a relação íntima de afeto entre as partes e da coabitação entre vítima e agressor (artigo 5º., III)

Com a relevância do tema e visando sempre uma sociedade mais justa, solicitamos aprovação do presente Projeto de Lei pelos nobres vereadores.

Irauçuba, 19 de agosto de 2021.



TÂNIA MARIA FONTENELE ALVES
Vereadora de Irauçuba